



# Anais da Assembléia

Nº 73

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 1975

(QUINTA - FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Leopoldo Jacomel.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jaime Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pittelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (48), achando-se ausentes os Srs. Deputados: Gabriel Sampaio, Alfredo Gulin, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jurandir Messias, João Cioni Neto. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - Sob a proteção de Deus, iniciamos\* nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### OFÍCIOS:

Sob os nºs 114, 115, 116 e 117/75, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, os Projetos de Leis nºs:

**63/74** - Do Sr. ex-Deputado OVIDIO FRANZONI, que visa integrar na rede de ensino, os COLÉGIOS VIDIGAL e SÃO LOURENÇO, do Município de Cianorte, pertencente à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. - À C.C.J.

**131/74** - Do Sr. ex-Deputado HAROLDO BIANCHI, que visa criar na Fundação FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE JACAREZINHO, um curso de Bacharelado e Licenciatura em Psicologia. - À C.C.J.

**95/74** - Do Sr. Deputado IVO THOMAZONI, que visa criar uma Circunscrição de Trânsito com sede no Município de Medianeira e Jurisdicção. Nos Municípios de São Miguel do Iguaçu, Santa Helena e Matelândia, desmembrados da 7ª CIRETRAN. - À C.C.J.

**111/74** - Do Sr. Deputado JOSÉ MUGGIATI FILHO, que visa autorizar o Poder Executivo, a conceder um auxílio ao Município de Arapongas, no valor de Cr\$ 151.448, 33 (cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e três centavos), para satisfazer um débito de igual valor junto ao Departamento de Edificações e Obras Especiais, contraído nos exercícios de 1969 e 1971. - À C.C.J.

Sob o nº 113/75, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE, o Projeto de Lei Nº:

**20/74** - Do Sr. ex-Deputado HAROLDO BIANCHI, que dispõe que sempre que marido e mulher sejam contribuintes do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, o valor dos auxílios que lhes são devidos, bem como aos seus dependentes, em caso de internamento hospitalar, será de cem por cento das despesas realizadas, calculadas estas de acordo com a tabela própria da entidade, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do parágrafo único do art. 1º. - À C.C.J.

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

O parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o plenário, requer seja encaminhado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, expediente no sentido de que na próxima reforma da organização judiciária, seja criada a comarca de Rondon, abrangendo os seguintes municípios: Cidade Gaúcha, Guaporema, Nova Olímpia e Indianópolis.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1975.

a) LÁZARO DUMONT.

### JUSTIFICATIVAS:

- 1- A grande densidade demográfica, constituindo-se no mais populoso município de toda aquela vasta região;
- 2- É o município que consegue auferir a maior arrecadação e detentor da maior produção agrícola;
- 3- Conta com 7.000 (sete mil) eleitores;
- 4- Dispõe de duas agências bancárias, em pleno funcionamento (BAMERINDUS e BANESTADO), tendo sido, ainda, autorizada a instalação de uma agência do BANCO DO BRASIL S.A.
- 5- Conta com telefone e, muito em breve será beneficiado pela ligação asfáltica de PARANAÍ/CRUZEIRO DO OESTE;
- 6- Constitui-se no município modelo do "PLANO PILOTO/NORDESTE", para combate à erosão;
- 7- Reforçando estas justificativas, anexamos os expedientes da Prefeitura Municipal de Rondon (of.85/74) e do Lions Clube de Rondon.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer a V. Exa., se digne, após ouvido o plenário desta Casa, encaminhar ofício ao Exmo. Sr. PEDRO TOCA-FUNDO, Delegado Regional da SUNAB, no sentido de alertar aquela Delegacia sobre as séguintes irregularidades que constantemente são verificados no comércio desta Capital e do interior do Estado:

- a) Está se tornando comum a adoção, em alguns supermercados, de tabela de preços junto às caixas registradoras, em desacordo com aquelas fixadas nas próprias mercadorias, geralmente para mais.
- b) Também as mercadorias costumam afixar tabelas de seus produtos à vista de seus fregueses, principalmente no que diz respeito a frios e refrigerantes, cobrando preço diferente, sempre a mais, sob a alegação de que as tabelas estão superadas.

c) Da mesma maneira, Bares e Pastelarias, costumam deixar à vista tabelas que não são observadas na venda de pastéis e refrigerantes.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO.

#### JUSTIFICATIVA:

É constrangedor para qualquer cidadão, retirar uma mercadoria da prateleira em um supermercado ou servir-se em um bar ou pastelaria e, no momento de pagar por suas compras verificar que o dinheiro que tem em mãos é insuficiente.

Tal fato acontece diariamente, em diversos setores de nosso comércio, não só por esquecimento da atualização das tabelas expostas, mas por outros fatores, tais como a concorrência entre estabelecimentos congêneres ou para induzir-se um cliente a comprar, por julgar conveniente o preço que vê marcado.

Se tabelas são colocadas à vista dos freqüentes, segundo as leis do comércio, têm que ser cumpridas.

O preço afixado para uma mercadoria, é o principal fator, ao lado da necessidade de aquisição do bem, para que a compra e venda seja realizada.

O povo espera da Delegacia Regional da SUNAB, portanto, sua enérgica atuação no sentido de que sejam coibidos tais abusos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que este subscreve, requer após ouvido o plenário, que se oficie ao Sr. Ministro Nascimento e Silva, da Previdência Social, formulando apelo no sentido de que sejam apressadas as medidas que aquela Pasta deve e, serão tomadas, para corrigir ESSA ANGÚSTIA E VERGONHA NACIONAL, que se chama Instituto Nacional da Previdência Social.

Outrossim, em ressonância a acertada reivindicação formulada pela Câmara Municipal de Maringá, através de proposição do nobre Vereador Carlos Alberto de Paula, rogar ato administrativo do Sr. Ministro da Previdência Social, descentralizando os serviços do INPS de Maringá, instalando postos de atendimento nos bairros mais distantes da cidade. Essa medida será de alto valor humanístico porque evitará que o trabalhador maringaense sofra tanto e tanto, para chegar às portas do Instituto.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO.

#### JUSTIFICATIVA:

A Agência do INPS de Maringá é obsoleta sob todos os aspectos positivos para atender a grande leva de trabalhadores que necessitam de amparo do Instituto. Em torno de 950.000 (novecentos e cinquenta mil) contribuintes de 67 (sessenta e sete) municípios regionais estão centralizados na agência de Maringá sofrendo os mais vexatórios e injustos tratamentos. Se não fora, apenas a amargura de padecer nas longas filas desde os primeiros minutos da madrugada, a nossa gente ainda tem que suportar, ressalvadas as raras exceções, A MÁ VONTADE, O AZEDUME E A BRUTALIDADE de dirigentes, funcionários e profissionais do INPS, além da malfadada burocracia do órgão.

Maringá já está com aproximadamente 250 mil habitantes. A cidade é de maneira incomum, extensa. Constituída quase que totalmente por avenidas com duas vias e, com proliferação de praças e outros logradouros públicos de grandes áreas. Maringá se espalha por extensa planície, cujo diâmetro já alcança 20 (vinte) quilômetros. Além de possuir uma agência do INPS excessiva-

mente pequena e obsoleta, sedia 67 outras comunidades densamente habitadas e progressistas.

Perante 30 (trinta) parlamentares, durante uma reunião-debate, de quase 5 horas, com os membros da Comissão de Trabalho e Legislação da Câmara Federal, no dia 24 de abril passado, o Sr. Ministro Nascimento e Silva fez corajosas e seríssimas afirmações ao analisar o estado sócio-econômico da gente brasileira. Na oportunidade, entre outras coisas, o Ministro da Previdência Social disse que "GRANDE MASSA BRASILEIRA SOBREVIVE QUASE DE ESMOLAS, ONDE, EM TORNO DE 70 POR CENTO DA POPULAÇÃO DO PAÍS VIVE COM UM OU DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS, TEMOS REALMENTE DOIS - BRASIS -, UM EM DESENVOLVIMENTO E OUTRO QUE VIVE NA POBREZA, E É ESTE QUE DEVO ASSISTIR". Na ocasião, o ministro informou já estar com diversas modificações em planejamento, havendo inclusive anunciado a criação da FUNDAÇÃO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, cujo órgão deixará para o INPS apenas a atribuição de pensões e aposentados.

Sabedor da notável dose de humanismo e boa vontade que envolve a sensibilidade espiritual do Ministro Nascimento e Silva, vimos apelar, ampliando esse repertório de denúncias e solicitações no sentido de que as medidas anunciadas; bem como as instalações das agências de CAMPO MOURÃO e PARANAVAÍ, como também a instalação de POSTOS DE ATENDIMENTO NOS BAIRROS MAIS DISTANTES DA CIDADE DE MARINGÁ; sejam realizadas imediatamente, sem mais demora. -

Somente assim é que a saúde será democratizada. Somente assim, tantos e tantos barbaríssimos administrativos deixarão de existir, acabando em grande parte a ofensiva, abusiva e aviltante inoperância do INPS. Somente com providências imediatas. Com atitudes firmes e fortes e não palavras apenas, iremos "Construir uma sociedade mais humana, mais harmoniosa e, nesse contexto, livre das tensões políticas e sociais", segundo afirmou o Sr. Ministro Nascimento e Silva, da Previdência Social.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado ofício aos Exmos. Srs. Presidente do Banco Central e do Banco do Brasil, apelando no sentido de ser instalada com urgência, uma agência do Banco do Brasil, na sede do município de Formosa do Oeste, Estado do Paraná.

Tal solicitação se prende ao grande desenvolvimento que vem ocorrendo naquele município, principalmente no setor agrícola, fazendo com que haja condições favoráveis para a instalação da agência pleiteada. Além das condições existentes, a agência irá beneficiar e atender aos reclamos da coletividade da região.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1975.

a) FUAD NACLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, apelo no sentido de que seja incluído na reformulação do Programa de Obras elaborado pela Secretaria dos Transportes, a Rodovia Paranaíba-Cruzeiro do Oeste, anteriormente denominada PR 14, hoje sob nova denominação em face da divisão de seu trecho (101,2km) em três rodovias distintas: Paranaíba-Tamboara, PR 158; Tamboara Rondon, 466 e Rondon - Cruzeiro do Oeste, PR 180.

Justifica-se tal apelo, tendo-se em vista que a citada rodovia, viria beneficiar diretamente grande região, porque seriam cortados por ela quatorze municípios com população superior a 250 mil habitantes em 1970, conforme dados fornecidos pelo

IBGE, prevendo-se para 1975 uma população aproximada de 320.000 habitantes, admitindo-se, o acréscimo populacional na base de 30 por cento.

Igual ao superior número de municípios seriam indiretamente beneficiados pelo asfaltamento da rodovia que se encontra com o Projeto de Engenharia concluído e que apresenta índice elevado de benefício-custo (4,51).

Embora predomine a pecuária na região, é imperioso ressaltar o grande interesse dos pecuaristas que reservam as melhores áreas de suas terras para a cultura do algodão, amendoim e cereais diversos, principalmente a soja, predominante nas terras roxas que margeiam o rio Ivaí. Das 50 mil toneladas de soja adquiridas no ano passado, pela Firma Indústria de Óleo Pacaembu S/A, sediada na cidade de Paranavai, 70 por cento de sua aquisição lhe foi destinada pelos municípios que diretamente ou indiretamente seriam beneficiados pela Rodovia Paranavai-Cruzeiro do Oeste.

Por outro lado as grandes verbas destinadas pelo Governo Federal ao combate a erosão na cidade de Rondon, justificariam por si só a presente iniciativa.

Para que o destaque da "cidade modelo", no que diz respeito ao combate a erosão seja dado de fato à cidade de Rondon, será necessário que o Governo do Estado do Paraná prestigie a grande iniciativa reconhecendo prioridade para a RODOVIA PARANAVAI - CRUZEIRO DO OESTE.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos e prerrogativas que lhes são conferidos por lei, requer seja encaminhado a S. Exa., o Sr. Secretário da Segurança Pública deste Estado o presente expediente solicitando os bons ofícios de S. Exa. no sentido de ser dado urgente andamento ao processo de construção da Delegacia de Polícia da cidade de MEDIANEIRA.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1975.

a) ERNESTO DAL'OGGIO.

#### JUSTIFICANDO:-

A cidade de Medianeira não possui prédio próprio para sua Delegacia de Polícia, nem tão pouco para cadeia pública. Tanto uma como outra funcionam num pardieiro, antes de propriedade de um sargento PM, agora pertencente ao Sr. Silvio de Jesus Pedrosa, que lhe adquiriu a posse em doze de agosto de 1973, com a promessa de que a casa seria desocupada dentro de noventa dias.

A promessa não foi cumprida e, bem assim, até hoje não lhe foi pago um centavo pela localidade da propriedade.

Além disso, o pior de tudo é que a casa não oferece o mínimo conforto ao titular da Delegacia, aos policiais do destacamento e muito menos aos ocasionais ou efetivos presidiários. Isso tem criado dificuldades para a atuação da própria polícia, que se vê impossibilitada, inclusive, de efetuar detenções, mesmo de marginais, por não ter um lugar higiênico onde os aprisionar.

É do nosso conhecimento que o Sr. Prefeito Municipal tem enviado os possíveis esforços junto às autoridades competentes, no sentido de que seja apressada a construção de delegacia e cadeia pública em terreno já doado pela Municipalidade para esse fim, mas a demora burocrática dos expedientes ainda não permitiu a realização de tão importante medida.

Medianeira é uma cidade paranaense que pode orgulhar-se dos empreendimentos de sua própria comunidade, inclusive possui um Fórum digno de apreço e, assim, justo é que se lhe dê, com

a devida urgência, uma boa Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, de conformidade com o progresso e o desenvolvimento da Cidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à mesa, ouvido o plenário, seja encaminhado ao Diretor do DER, neste Estado o presente expediente solicitando os bons ofícios de S. Exa. junto ao DNER, ou a quem de direito, no sentido de ser estudada, com urgência, uma modificação no acesso da BR-277 à cidade de Medianeira, inclusive construindo-se em local apropriado um moderno trevo que ofereça segurança maior ao movimento de tráfego, quer de veículo, quer de pedestres.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1975.

a) ERNESTO DAL'OGGIO.

#### JUSTIFICANDO:-

Ao contrário do que ocorre em outras rodovias nacionais, a BR-277, em vez de passar por fora da cidade, corta Medianeira pelo centro, não havendo propriamente um acesso, como acontece em cidades como Ponta Grossa, Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Cascavel.

No centro da cidade, a estrada que vem de Santa Helena cruza a BR-277 e, embora o faça em aclave, esse cruzamento considerado como acesso da rodovia internacional à cidade de Medianeira.

Disso tem resultado um sem-número de acidentes, a maioria deles com consequências funestas e fatais para as vítimas tendo ocorrido diversas mortes em decorrência de tais acidentes.

À proporção que Medianeira se desenvolve num progresso vertiginoso, a BR-277 também recebe dia a dia um extraordinário aumento em seu tráfego de veículos, tudo levando a crer que mais dia menos dia, o Governo será obrigado a fazer uma via dupla em toda a rodovia. Sem um acesso que ofereça perfeita segurança, aumentarão também os acidentes e o número de vítimas naquela cidade. Daí, pois, a necessidade de que o DER, o DNER, ou quem de direito, tome urgentes providências no sentido de sanar tão grave irregularidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas legais, requer a V. Exa. se digne, após ouvido o plenário desta Casa, encaminhar ofício ao Exmo. Sr. NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, DD. Ministro da Educação e Cultura, solicitando seu empenho no sentido de que sejam editados livros técnicos de Medicina, Odontologia e demais ciências biológicas, sugerindo-lhe seja designada uma Comissão para encarregar-se dos trabalhos de pesquisa, traduções e outros que se fizerem necessários e, com subsídios do Ministério da Educação, possa concretizar essa dignificante tarefa em prol do ensino superior de nosso país.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1975

#### JUSTIFICATIVA:-

As obras adotadas atualmente para o ensino ministrado nas diversas Faculdades ligadas às ciências biológicas, segundo nos informaram vários mestres e estudantes a elas radicados, ainda são impressos em inglês ou castelhano.

Tanto o corpo docente como o discente daquelas Faculdades, encontram a maior dificuldade nas suas enobrecedoras ocupações, pelo fato de a maior parte dessa obra, além de ser apre-

sentada em idiomas estrangeiros, estarem atrasadas, em média, por 10 anos e, no que diz respeito à farmacopeia, entre 20 a 30 anos.

Uma comissão constituída de elementos capacitados, designada por aquele Ministério, desempenhando com acerto seus afazeres, não só virá beneficiar o ensino paranaense, cuja "Capital Universitária" já é conhecida além de nossas fronteiras, mas, igualmente, ao próprio progresso didático de nosso país.

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sabem os meus ilustres pares que não existe o menor estímulo para o funcionário galgar sua aposentadoria por tempo de serviço. Isto porque ele não consegue levar as vantagens que percebe na ativa para sua aposentadoria.

O projeto que queremos apresentar em princípio se afigura inconstitucional, mas eu contesto essa inconstitucionalidade. Porque diz a Constituição que todo projeto que aumenta despesa, sem prever receita, é inconstitucional. O nosso projeto visa corrigir essa distorção, uma vez que os funcionários percebem menos ao se aposentar. Eles não levam para a aposentadoria a gratificação por serviços extraordinários, e percebem apenas 1,35 avos do tempo integral por essa percepção. E isso faz com que, aqueles que tem tempo para aposentar-se, não o façam por causa da redução dos vencimentos.

E nossa intenção não é outra senão corrigir essa distorção.

O nosso projeto está regido nos seguintes termos: (Lê):

#### "PROJETO DE LEI Nº 89/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - A PARTIR DESTA LEI, OS FUNCIONÁRIOS CIVIS E MILITARES DO ESTADO QUE VIEREM A SE APOSENTAR, POR TEMPO DE SERVIÇO, TERÃO INCORPORADOS AOS VENCIMENTOS, PARA EFEITOS DE CÁLCULOS DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA, OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS RECEBIDOS, A QUALQUER TÍTULO, NO PERÍODO CORRESPONDENTE AOS DOIS ANOS IMEDIATAMENTE ANTERIORES À DATA EM QUE COMPLETARAM O TEMPO PARA GOZAR DOS DIREITOS DE INATIVIDADE.

Art. 2º - AS DESPESAS DECORRENTES CORRERÃO À CONTA DA VERBA ORÇAMENTÁRIA PRÓPRIA.

Art. 3º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1975.

a) NELSON BUFFARA

#### JUSTIFICATIVA:

A dinâmica administrativa vem consagrando o entendimento de que o princípio empresarial, nas relações empregatícias, é o que mais convém ao Estado, como padrão. O arcaico sistema imperante vem representando um óbice ao aprimoramento funcional, diante da inegável realidade de que muitos funcionários, em condições de aposentadoria, permanecem em atividades, unicamente pelo fato de que, aposentados, passarão a perceber menos do que em atividade. Se a Constituição do Estado do Paraná estipula que em nenhum caso os proventos da inatividade poderão exceder a remuneração percebida na atividade, a recíproca deveria ser aplicada, diante da definição dada pelo artigo 157, da lei 6274, de 16 de novembro de 1970, ao dizer que "REMUNERAÇÃO" é a retribuição pelo efetivo

exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas pro lei, entre as quais, o mesmo Estatuto legal, em seu artigo 169, inciso II, inclui as gratificações.

Nada mais justo, e oportuno portanto, do que oferecer ao aposentado, as mesmas condições pecuniárias que lhe são concedidas na atividade, quer como prêmio pelos relevantes serviços prestados por longos anos, quer como fórmula estimuladora de uma renovação funcional que se afigura como um imperativo da contingência atual, que está a reclamar o aprimoramento cada vez maior do servidor público, a fim de que o Estado não fique desfalcado de elementos atualizados com a evolução tecnológica que, necessária e gradativamente, terá que ser introduzida no serviço público estadual".

A Comissão de Justiça vez por outra, quando analisa matéria deste teor, tem por hábito - não contesto aqueles Deputados que fazem parte daquela Comissão - inquirir de inconstitucional, porque o projeto aumenta despesa. Mas o nosso ao contrário, provamos com a justificativa, que se o projeto for aprovado, o funcionário irá ganhar quanto tanto na aposentadoria como na atividade.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa comunica que está esgotado o tempo, mas concede mais um minuto.

O SR. NELSON BUFFARA ) Nós já apresentamos nosso projeto, e esperamos que nossos pares, não só o aproveiem, como também prestigiem nossa iniciativa, uma vez que aqueles que pretendem se aposentar deixam de fazê-lo, porque estão habituados num esquema financeiro a um padrão de vida com 3 mil cruzeiros, e ao se aposentarem vêem seus vencimentos diminuídos para 25 ou 30 por cento. Isso faz com que eles vacilem e não se aposentem.

Nossa justificativa é justa, e esperamos que os Srs. Deputados votem conosco, quando este projeto chegar a Ordem do Dia. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Ernesto Gnoato.

O SR. ERNESTO GNOATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados  
Tem sido muito proveitosa para nós a visita dos Srs. Secretários de Estado que aqui estiveram. Sendo assim, quero encaminhar à Mesa requerimento, ofício-convite, ao Sr. Secretário da Fazenda, Sr. Jayme Prosdócimo. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental após ouvir o plenário, reuquer seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Finanças do Governo do Paraná, Dr. Jayme Prosdócimo, convidando-o para efetuar uma explanação da situação financeira que se encontra o Estado do Paraná, bem como o sistema de arrecadação de seus tributos, baseados no ICM.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1975.

a) ERNESTO GNOATO"

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredito que esse requerimento, em forma de ofício, seja aprovado tanto pela bancada de nosso Partido, bem como pela ARENA, pois se trata de um dos principais Secretários e nós devemos ouvi-lo. E, consequentemente, dar-lhe nossa colaboração nesta Casa.

Era só.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Deni Schwartz. (Pausa).

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. (Pausa).

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não que não gostemos, não que tenhamos prevenção, mas o problema, a questão de horário, tantas vezes, impede

motivo, porque temos deixado de assistir ao noticiário televisado de nossas emissoras de Curitiba, o que, por outro lado, não impede, que as informações ali vinculadas nos sejam, posteriormente, trazidas, por aqueles que tiveram a oportunidade de assistir a estes programas.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos chega a notícia de que fomos violenta e pejorativamente criticados por um dos comentaristas neófitos da televisão do Paraná. Não sei bem a origem determinante da virulência com que passou a pretender atingir, não a esse Deputado, pessoalmente, mas aos Deputados do MDB que lograram obter a aprovação popular da Capital do Estado.

O comentarista, homem que transitou pela vida pública, homem que já teve assento nesta Casa, conhece, de sobejo, as coisas a que se referiu. Tratou de problema específico da Capital e especificamente se referiu à Companhia de Urbanização URBS e apontava-se ao final de seu comentário, como o grande vencedor da batalha e trazia para receber as benesses populares, sob o braço, um dos Vereadores de Curitiba, que atende a sua orientação e segue a sua liderança.

Soubemos que a URBS reduzirá suas taxas e entendeu em reduzir os preços da pavimentação de Curitiba. Sabemos o porquê foi feito, Sr. Presidente, Srs. Deputados. E foi certamente em razão do trabalho profícuo, sistemático e dramático até da bancada de Vereadores do MDB; foi feito porque aqui desta Assembléia passamos, também, com os homens do MDB, de novo à crítica, a denunciar e a exigir que se desse outra orientação para a URBS.

Agora, com nova direção, agora sob nova Presidência entendeu essa Companhia de por um paradeiro, pelo menos, em parte naquilo que era escoecheante para a bolsa do povo da Capital.

Mas, o comentarista entende que é sua a vitória e nós não contestamos. (Lendo): "Seja de quem for ela veio em benefício do povo de Curitiba, ela veio resolver um problema que estava quase sem solução.

Nós não queremos, não pretendemos e nunca buscamos a paternidade — o que pretendíamos e o que desejávamos era que ganhasse o povo de Curitiba, tivesse o faturamento político quem quer que fosse. O que importava era resolver o problema, o que importava era encontrar uma solução, o que queríamos repudiar é a maneira esquisita com que este comentarista se dirige aos Deputados do MDB de Curitiba.

E gostaríamos apenas, Sr. Presidente, não é responder-lhe. Por isso mesmo já viemos falar sobre isto no Pequeno Expediente, porque mais tempo seria necessário gastar com tal assunto e com tal comentário. Mas queremos repudiar a afirmação, ou porque aquele comentarista não está bem informado dos trabalhos desta Assembléia, ou porque ainda uma vez mais e teimosamente pensa que vai iludir o povo de Curitiba, transmitindo pela televisão, inverdades.

Os homens do MDB de Curitiba, como de resto a bancada inteira do MDB nesta Casa, tem cumprido aqui com seus deveres tem aqui dado conta do recado, tem aqui correspondido à expectativa do povo que os elegeu e se a nós falta, eventualmente, talento, brilhantismo, está nos sobrando coragem e ousadia para defendermos a tese que defendemos, as causas que estamos a defender.

Concordamos com o comentarista . . . meninos ainda, garotões ainda . . .

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre orador que está esgotado o seu tempo. Esta Presidência concede a V. Exa. mais um minuto para terminar.

O SR. ENÉAS FARIA — Vamos encerrar.

Aqui estamos, estuantes de juventude, vibrantes de entusiasmo, puros em nossa atividade, de cara limpa e lavada, sem precisar de maquiagem para esconder a provectude".

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos dias passados, tivemos a oportunidade de abordar nesta Casa, o problema da única alternativa de escoamento da região Oeste e Sudoeste do Estado, quando sugerimos a pavimentação do trecho Porto Amazonas-Lapa, quando uma solução econômica capaz de satisfazer as necessidades do complexo viário desafogando o trecho Curitiba-Ponta Grossa.

A obstrução ocorrida em virtude da rachadura na ponte sobre o rio Tibagi, que acarretou sérios problemas não só quanto a paralização do tráfego, prejuízos materiais e problemas éticos, já que houve tumulto de motoristas e prisão, revela que temos razão quando insistimos em que cabe ao Governo do Estado promover a implantação de uma nova alternativa de escoamento aquela região, tanto uma necessidade de liberar o fluxo de veículos na BR-376, quanto uma saída para os graves problemas que vem evidenciando certa negligência quanto às definições da política de transportes no Paraná.

Quais os benefícios, além dos já citados, seriam auferidos pela ligação Porto Amazonas-Lapa? São inumeráveis, Srs. Deputados.

Como de fundamental importância, devemos citar que aquela ligação promoveria considerável diminuição à taxa de acidentes entre Curitiba e Ponta Grossa, já que o tráfego de veículos procedentes das regiões Oeste e Sudoeste, encontrariam uma nova diretriz em demanda aos mercados do Sul e Paranaquá.

Há ainda a considerar o fato da economicidade do projeto, realmente viável, se considerarmos que uma "free-way" apresenta elevados custos de construção e que uma segunda pista, entre Curitiba e Ponta Grossa, é projeto de longo prazo.

Devemos verificar ainda, que essa ligação traria em seu bojo a inestimável contribuição ao desenvolvimento físico e social das regiões de Porto Amazonas e da Lapa, esta última tradicional cidade paranaense, que não deve, no entanto, permanecer estática ante o desenvolvimento de todo o Estado.

Todas estas conjunturas devem ser analisadas, Srs. Deputados, para recomendar a pavimentação do trecho Porto Amazonas-Lapa, numa medida paranaense, destinada a solucionar a problemática da economia paranaense. Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nosso pronunciamento anterior a respeito do problema, mereceu atenção, sendo agora definido pela imprensa da Capital, como uma medida capaz de solucionar as nossas questões ligadas ao transporte, de forma inteligente e econômica.

São nossas palavras e nosso requerimento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos a pretensão de requerer à Mesa, que se officie ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, solicitando que sejam tomadas providências para a edição de livros técnicos de medicina, odontologia e demais livros de ciências biológicas.

Pode parecer estranho que se requeira medidas como esta.

Há vários anos, desde que participávamos dos bancos acadêmicos, os estudantes das ciências biológicas principalmente, viviam e vivem a reclamar que no Brasil não se tem obras escritas em português, para que se possa manusear tais obras e galgar melhores conhecimentos nos bancos acadêmicos e mesmo depois, no exercício profissional, não se interessam aqui no Brasil, pelo menos na iniciativa privada, senão com meras e esparsas obras, não diríamos de segunda grandeza, mas os livros técnicos são somente adquiridos em língua estrangeira, mormente em inglês, francês e também em castelhano, e a preços aviltantes.

Os países da América do Sul, como por exemplo a Argentina e Uruguai, adotam o sistema de tradução de obras alienígenas.

nas, e no Brasil, malgrado seja um prolongamento de cultura, uma obrigatoriedade no ensino de outras línguas, entendemos que maior necessidade há no aprimoramento das obras nacionais.

E é por isso que nós encaminhamos esta sugestão a S. Exa. o Sr. Ministro de Educação e Cultura, para que ele designe uma comissão para traduzir obras estrangeiras facilitando assim o manuseio e o acesso à cultura pelos acadêmicos das ciências biológicas de um modo geral.

Entendemos de real necessidade, porque até os estudantes conhecerem as línguas para poderem se aperfeiçoar e assimilar a matéria dos cursos universitários desta ciência, demandaria um tempo que poderia naturalmente ser aproveitado no exame dos livros nacionais.

Aí, reside o mérito do nosso requerimento. A grita dos estudantes neste campo continua. Os profissionais reclamam a inexistência de obras desta natureza, sem no entanto se preocupar em editá-las, que sejam editadas em língua nacional, ou que se possa, importar obras de uma língua, que seja a língua portuguesa.

Vai então, com este objetivo, o nosso requerimento.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresentamos um requerimento endereçado à Sunab, porque nos supermercados não só da Capital como do interior, tabelam ou afixam, preços de um determinado produto para chamar a atenção dos consumidores, quando vai pagar no Caixa, o preço é outro sob a alegação de que se cobra preços superiores dos permitidos.

Então, não entendemos se é uma nova e insistente inflação galopante, ou se é uma inflação de entendimento da Sunab.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo, inscrito para o Grande Expediente.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Assembléia Legislativa está por entrar em recesso. Durante alguns meses aqui estivemos esperançosos e contentes de podermos contribuir na política paranaense, com o desenvolvimento deste Estado.

Com a dinamização da administração pública estadual, de cada um, por seu modo e por sua vez, procurou também contribuir e oferecer sugestões situação política nacional.

Tenho para mim, Sr. Presidente, que o Paraná, ainda espera uma resposta da nova administração estadual. Todos estamos empenhados, confiantes de que o novo Governo acerte, dinamize, produza e resolva os problemas paranaenses, que são tamanhos e tão graves e sérios.

Entretanto, Sr. Presidente, já há três meses de Governo, já há cem dias de Governo, como disse há poucos dias o Deputado Otássio Pereira, e pouco se fez, e pouco se sabe do que pretende fazer a administração estadual. De uns tempos para cá foi tão acentuada a intervenção do Estado na atividade econômica, que nada se faz na iniciativa particular, sem o "pode", sem o "visto", sem mil obstáculos da administração pública. E quando a administração pública emperra, quando a administração pública cai na inércia, reflete e prejudica também a atividade privada.

Este Governo, que não representou inovação, que não representou renovação de esperanças e entusiasmo, apresentou ao Paraná um secretariado que não entusiasmou, que não imprimiu dinamismo. A mim parece que se pretende manter uma mesma situação de épocas passadas, para arender interesses políticos de grupos, fazendo prevalecer e se tornar realidade a frase lapidar de Hermes Lima, de que, "O PODER QUANDO ENVELHECE PERDE A AUDÁCIA E SÓ REPRESA, SÓ REPRIME, SÓ CONSERVA".

A impressão é a de que o Poder Público do Paraná, os detentores do Poder estão preocupados em conservar, em represar, em reprimir, porque perderam a audácia criadora.

Já há tantos anos aí estão e a esperança não se renova.

O secretariado do atual governo do Paraná, muito embora

individualmente possa se constituir de homens respeitáveis e honrados, não inspira confiança e dinamismo de trabalho.

E vou repetir uma estória que já contei numa reunião em que estava presente o Presidente da Associação de Agricultores. Que a história da administração do Paraná até parece a estória daquele jogador de futebol, o Jaguaré, o primeiro jogador brasileiro que foi jogar na Europa. O Brasil inteiro passou entusiasmado porque a Europa se curvou ao Brasil. Jaguaré foi à Europa ficou três anos e depois voltou. O Rio de Janeiro inteiro foi esperá-lo no aeroporto. Quando desceu foram saudá-lo e ele não respondeu. O povo pensou que Jaguaré tinha ficado mudo. Só uns dias depois é que se soube porque ele não havia falado: é que na França, ao aprender a falar o francês, esquecera o português.

E é isso que está acontecendo ao Paraná. Não ficamos na velha, nem sabemos da nova.

Já chamamos a atenção desta Assembléia, para a necessidade do Paraná tomar participação ativa e decisiva no momento político nacional, oferecendo contribuições, sugestões, porque entendíamos, porque continuamos entender, que a questão institucional brasileira não é matéria privativa de Brasília, mas de todos os Estados e portanro, também das Assembléias Legislativas.

Gostaríamos, e o Paraná inteiro queria, que o Governador do Paraná não fosse apenas um gerente, ou diretor de uma sociedade anônima, mesmo que provindo da iniciativa particular, mesmo que empresário, mas que o Governador do Paraná fosse também um político, tivesse a visão política, a grandeza política, que se exige de um Governador de Estado.

Em 8 de maio, quando ocupamos esta tribuna e apresentamos a esta Assembléia um projeto de resolução propondo que aqui se realizasse um seminário nacional, para se debater, estruturar a legislação brasileira, queríamos com isso, e ainda queremos, que o Paraná no cenário político nacional desse sua contribuição, e repetisse, em 75, de forma pacífica, o mesmo exemplo de São Paulo em 1932.

E ainda há poucos dias, quando víamos três Governadores dos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e de Minas Gerais, se reunindo para oferecerem ao Presidente da República o respaldo político e popular que ele precisa nesta hora de distensão política nacional, nós lamentamos profundamente que não tenhamos ouvido a voz do Governador do Paraná, para brilhantismo do Paraná, para engrandecimento do Paraná, para valorização do Paraná.

Que o Governador do Estado não seja apenas um gerente; não seja apenas um diretor administrativo, não seja apenas um guarda-livros, mas sim um político na verdadeira acepção da palavra. E políticos o Paraná tem sérios, competentes e capazes.

Enquanto o MDB, acredito que quando falo tenha o aval e o endosso, de meus colegas de Partido, quando o MDB pede ao Governador do Paraná que também participe da luta da distensão de partido, porque nós do MDB do Paraná, através de nossa Liderança, queremos engrandecer nosso Estado; queremos a valorização de nosso Estado; queremos o engrandecimento e a valorização de nossa gente.

Quando nos acusam de sermos oposição sistemática e mal-dizente, estão esganados. O que reivindicamos, pedimos, brigamos e exigimos é a grandeza da política, não a mediocridade não a pequenez, não a inferioridade não o comodismo, não a inibição, não o constrangimento. E é por isso que às vezes a gente se surpreende, quando mesmo esperando o governo do outro partido tenha êxito na sua missão, ele apresenta Secretários que nos parecem estar despreocupados para as funções que ocupam, como é o caso do Secretário da Justiça, que nos fez muito tempo procurou maldosamente atacar a Oposição, os homens da Oposição, dizendo que o MDB envenenava a juventude.

E foi muito a propósito lembrarmos esse caso, porque me parece que de uns tempos para cá os homens do Governo passaram a se lembrar que existe juventude neste País. Mas dela só



se lembraram que os jovens compõem, senão 60 por cento da eleitorado. Até agora, por 10 ou 11 anos, procuraram por um caminho a juventude, interessá-la para um ponto que ela não quer. Procuraram pegar a juventude pelas mãos e encaminhá-la como se ela não soubesse para onde ir e a juventude durante esse tempo, parece que respondeu aos homens que pretenderam dominá-la, com aqueles famosos versos:

"Não sei para onde vou

Não sei para onde vou

Só sei que não vou por aí".

E é para lá que eles querem não ir, porque eles não vão ao lado daqueles que neles acreditam.

E falo com toda segurança, porque ontem aqui esteve nosso colega Deputado Del Ciel, denunciando o comportamento de um "delfim" da ARENA. Pretendo falar com relação a juventude universitária. Quando digo "delfim", não me refiro ao Sr. Delfim, ex-Ministro da Fazenda, mas "delfim" que é o reitor da Universidade de Londrina, o genro do Ministro da Educação. Denunciou o Deputado Del Ciel, o comportamento desse líder arenista, aqui, dizendo que pretende o Reitor da Universidade de Londrina, sub-líder da ARENA, impor um regime disciplinar, que ficaria muito bem no "festival de besteira", que aconteceu no País há anos. Quando pretende disciplinar até as vestes dos estudantes no ambiente universitário, quando pretende traçar normas para dirigir nas dependências da escola veículos, e quando se pretendia que não permanecessem nas dependências da Universidade, quando não tinham aula.

Esse regime disciplinar que esse Reitor, líder da ARENA, impõe aos universitários de Londrina, diz bem e retrata bem a imagem e a idéia que este Governo faz da juventude, dos universitários, como se eles fossem homens irresponsáveis, relapsos, incapazes, incompetentes. Mas não é só isso. O que se pretende com isso, é que essa medida do Reitor, que é inconstitucional e ilegal a nosso ver, e portanto, suetível de ser apreciada através de mandado de segurança, o que ele pretende com isso, é ter um instrumento de força nas mãos, para coagir e compelir, no instante em que precisa fazer política. Falamos e provamos.

Acontece que tendo já em suas mãos o famigerado Decreto-Lei 477, aquele Reitor não quer dele fazer uso, porque se fizer uso do 477 será notícia nacional, porque o que terá feito não é apenas o líder da ARENA, mas o genro do Ministro da Educação.

Ele pretende substituir o 477 por outro regime disciplinar para coagir e conspurcar a mentalidade dessa juventude, que quer trabalhar, que quer participar. Quando se diz, por exemplo, que o universitário não pode fazer política no âmbito universitário, está se negando até seriedade ao universitário brasileiro, porque Universidade não é repartição estanque, não é hermética, ela faz parte do mundo em que ela vive e ela há de refletir e também provocar reflexos no mundo em que ela se encontra. A política deve ser feita, também, no âmbito universitário e os que temem a participação da juventude não estão preparados para o poder.

Mas, fizemos Sr. Presidente, Srs. Deputados, este distanciamento do problema apenas para localizar o comportamento de determinados líderes da Arena que não fazem por engrandecer, por enaltecer seu partido e a vida política deste País.

Voltemos à questão política do Paraná. Já demonstramos que o Paraná perde com a inércia, com o constrangimento, com a inibição do Sr. Governador, em tomar participação no processo político estadual, pois ele não contribui, não oferece apoio e não oferece a sua voz em nome do Paraná ao processo de distensão política do Presidente da República.

Queremos pedir daqui que o Governador do Paraná levante a sua voz ao lado dos Governadores do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de Minas Gerais, reivindicando, aprovando e apoiando este processo de distensão política. Nesta hora, creio eu, terá ele o aplauso não do seu partido, mas também, logicamente terá

o aplauso do meu partido, do meu MDB.

Acredito que o homem que faz política e tem sensibilidade política ele será melhor administrador e não apresentará ao Paraná apenas plano de papel, apenas plano para efeito de imprensa.

Pois, meus amigos, o Governo do mesmo Partido do atual Governador no ano passado lançou o famoso "proesa", plano para o escoamento das safras agrícolas. Toda a imprensa deu cobertura, toda a imprensa deu divulgação e se acreditou, então, que o "proesa" viria solucionar os problemas das safras agrícolas do Paraná, permitindo o seu escoamento, arrumando as estradas, asfaltando algumas e empedrando outras, mas dando condições de escoar as safras agrícolas. Bastou alguns dias de chuva e o Paraná ficou parado em seu interior porque não tinha estradas, porque esse "proesa" que o Governo passado criou, não foi um plano preparado pela Secretaria de Planejamento, que não sei o que planeja.

Mas, esse "proesa", Plano de Escoamento das Safras Agrícolas, foi um plano elaborado, na verdade, no Serviço de Imprensa do Palácio Iguaçu e não pela Secretaria de Planejamento. Foi um plano preparado pelos jornalistas para efeito de divulgação, porque se comprova e se constata que no Paraná os jornalistas são mais inteligentes e mais preparados para planejar, para conhecer a situação do Paraná do que os planejadores.

Ainda agora, no início deste Governo, foi lançado o "prodopar". Se fez muita divulgação e até agora ninguém sabe ao certo o que se pretende com o "Prodopar". O "Prodopar" foi lançado como se fosse uma soma de recursos de seis milhões e oitocentos, depois 3 milhões e oitocentos, depois 2 milhões e oitocentos até que enfim não se fala mais em "Prodopar". O que não foi feito pelo planejamento e sim pelos jornalistas. Este é um dado facilmente comprovado. Não faz muito tempo o Governador do Paraná foi convidado para fazer uma conferência ao Estado Maior das Forças Armadas lá em Porto Alegre. Foi solicitado a ele que levasse o plano de desenvolvimento do Paraná. Fazia mais de dois meses que estava no Governo do Estado e não tinha plano nenhum para levar.

Levou seu discurso de posse, e houve até uma divergência porque a Secretaria do Planejamento queria por a sua chancela e o seu carimbo no discurso de posse do Governador, para dizer que era o Plano do Desenvolvimento do Paraná que ela teria elaborado.

Só depois disso surgiu, agora, Objetivos e Metas do Desenvolvimento, que me parece de esotéricos, porque não foi divulgado, não veio para esta Assembléia, ninguém discutiu, porque, repetimos aqui, o novo Governador do Paraná nestes primeiros meses de Assembléia mandou apenas uma Mensagem, que foi a Mensagem indicando o Prefeito da Capital. Desde então, nada; desde então, silêncio.

Onde está o PROESA, onde está o PRODOPAR? Terá o Plano de Objetivos e Metas do Desenvolvimento, o mesmo fim do PROESA, ou do PRODOPAR? Tem a mesma paternidade, é fruto do mesmo ventre, ou é um plano sério, um plano respeitável? E os recursos ali anunciados? Existe na realidade, para dar ao Paraná o desenvolvimento que o Paraná precisa, o desenvolvimento que o Paraná espera?

O SR. MUGGIATI FILHO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa., Deputado Osvaldo Macedo, participa com brilhantismo na liderança da nossa bancada, e embora nos pareça que uma das partes tão interessada quanto nós nos problemas que V. Exa. está abordando da tribuna, esteja hoje interessada em outros problemas. Cabe-nos ressaltar a maneira com que V. Exa. aborda problemas que V. Exa. estudou, os tem presentes e os coloca em debate.

Desejo dizer a V. Exa. e o posso fazer até em nome do nosso Partido, porque é um assunto que inclusive ouvi, sobre

ele, um pronunciamento nesta Casa, e nós estamos inscritos no Grande Expediente para abordá-lo com pormenores. O MDB, na esfera federal, reconhece, no próprio Presidente da República, que não pertence ao nosso Partido, um homem de liderança em favor da distensão, e V. Exa., com muita propriedade ressaltou a lacuna que está existindo, que está se notando em nosso Estado num momento em que todas as forças do País procuram se congregar em busca de um processo realmente democrático para o nosso povo.

Os problemas de ordem administrativa que V. Exa. tem abordado nos sugerem que, realmente, o trabalho que está afeto a esta Casa na sua função fiscalizadora, é da mais alta importância e exige a nossa presença permanente, com dedicação integral nesta Casa, para que o preceito de fiscalizar que nos cabe dentro da Constituição não possa ser invocado em razão de ser esta Casa omissa naquilo que lhe cabe fiscalizar.

Dentro de tudo que nos sugeriu, até o presente, o discurso de V. Exa., nós gostaríamos, para não nos alongarmos mais, de destacar, porque é um problema afeto à Educação, sobre a qual muito se tem ocupado a nossa bancada e a bancada situacionista nesta Casa e que diz respeito ao Reitor da Universidade de Londrina, nomeado pelo seu sogro, para aquele cargo, V. Exa. veja que nós enfrentamos na legislação política muitas vezes problemas na constituição de câmaras de vereadores e de prefeituras, porque a legislação implacável como é não permite qualquer grau de parentesco entre candidatos e vereadores, e prefeitos ou vice-prefeitos e no entanto, uma universidade pode ser suprida com grau de parentesco, com afinidade de primeiro grau.

De modo que se por um lado se busca libertar o País de certas peias que o aterraram no passado desde a primeira república, nós notamos que ainda prevalece e muito injustamente num setor dos mais importantes, as deficiências no que diz respeito, principalmente à ética dos nossos Governadores e é tão grave este problema que V. Exa. pode notar talvez como consequência mesmo até psicológica, por influência psicológica desse grau de parentesco, o ilustre ocupante da Reitoria de Londrina se arroga como talvez até mais realista do que o próprio rei, no discricionarismo dos seus atos. Fica registrado, eminente Deputado, a satisfação com que vemos V. Exa. na tribuna abordando assuntos de tamanha importância.

O SR. OSVALDO MACEDO – Agradeço o aparte do nobre

Deputado Muggiati e prosseguirei dizendo que a bancada do MDB nesta Casa, desde o início e muito antes do início das sessões legislativas, procura oferecer contribuição séria e segura à administração estadual, quando reunida na cidade de Guarapuava divulgou a Carta de Guarapuava que nós lemos nesta tribuna e já lemos ao povo do Paraná, a necessidade urgente e clamante que a atenção do Governo devia se concentrar para solucioná-la, e foi naquela ocasião que o MDB propôs objetivamente ao Governo do Estado do Paraná que estabeleça um plano de emergência para as estradas do Paraná, para asfaltamento principalmente das estradas do Paraná. Não ouvimos resposta. Pedimos ao Governo que acabasse com os famigerados comandos políticos, para uma vida mais sadia no Paraná. A resposta não foi dada. Pedimos ao Governo que mandasse com urgência o estatuto do magistério e até agora nada. Pedimos ao Governo que tratasse da saúde, da saúde da gente paranaense e instalasse os hospitais regionais e até agora se fez silêncio e ainda ontem ficamos sabendo que está engavetado e vamos procurar desengavetar, mas nós não ouvimos a resposta para indagações e pedidos que fizemos na ocasião e em todos os períodos que aqui estivemos, e também usamos os instrumentos que ainda existem em poder dos deputados para buscar impressioná-los, dinamizá-los e ele me parece que está emperrado como burro na água porque não quer andar para a frente. Tanto que eu fiquei me perguntando o que é que na verdade está se fazendo no Paraná, se não se viu nenhuma atitude dinâmica e séria, em termos de administração, se as

escolas caem aos pedaços, com perigo de integridade física dos alunos e professores, as cidades estão entregues à sanha de marginais e delinquentes, e quando se pretender cobrar do Secretário de Segurança Pública, ele diz que isso é resultado do progresso e do desenvolvimento. Vão ainda, usar dos instrumentos que existem, e continuar esta pressão, continuar esperando que o Governador do Paraná e todo o seu Governo e toda a sua administração haja com sensibilidade política e não como gerentes, não como guarda livros, porque nisso não há ousadia, e sem ousadia não há progresso.

Existem injustiças tão sérias neste Paraná, que precisam ser reparadas de uma vez por todas. E nós, que queremos concluir dentro de poucos minutos, queremos que pelo menos a nossa fala, fique como resultado positivo, concreto e objetivo, o que vamos dizer agora. Vamos dar uma oportunidade de alguns meses ao Governo do Paraná para tomar duas iniciativas de fundamental importância para este Estado, qual seja, o de mandar por sua conta e iniciativa, o estatuto do magistério para a Assembléia Legislativa do Paraná. E a segunda, para pagar já e já, o salário mínimo devido às zeladoras que ganham um salário mínimo inferior.

É uma injustiça tão grande, que eu não sei se algum administrador pode dormir tranquilo, pode dormir sozinho, mesmo fazendo a sua profissão de fé religiosa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. tem anotado alguma referência aludida aqui por V. Exa., que o julgamento nesta tribuna vem enriquecer a passagem modesta do nosso Partido nesta Casa, mas brilhante, representado por V. Exa. Que ao se referir ao caso das professoras de um modo específico, não sei se é do conhecimento de V. Exa., mas na minha região, Oeste do Paraná, um advogado postula e deve já ter ingressado em juízo, com ações trabalhistas contra a Secretaria de Educação e Cultura, por falta de pagamento de professoras contratadas. Este advogado, é seu conhecido, vou declinar o seu nome, eu o direi se for necessário, se for interpelado.

O tema que V. Exa. traz à tribuna realmente retrata “ípsos verbese” as vozes do Paraná inteiro. As reclamações, os problemas, que aí estão até recentemente, outros problemas da TELEPAR, outros problemas da Eletro-Sul, tem o caso das empreiteiras que não participavam das obras da Usina de Itaipu, e eu entendo que isso não é só falta de aprimoramento político de S. Exa. o Sr. Governador, mas de toda a sua equipe que poderia bem ingerir as medidas políticas adequadas. Mas também entendo, que não se trata apenas de uma pacividade política ou de uma liderança política, o problema a nosso ver, também é de omissão administrativa.

Era o aparte.

O SR. OSVALDO MACEDO – Muito oportuno, Deputado Fidalcino Tolentino, o seu aparte, sobretudo quando se referiu às empreiteiras do Paraná. É um caso muito sério que está a exigir uma fiscalização muito de perto dos Poderes Públicos, notadamente da Assembléia Legislativa do Paraná. As notícias que temos são de que grande parte das empreiteiras de obras públicas do Paraná, sobretudo as construtoras de estradas, estão em situação financeira precária. Tanto que até o DER, substituindo as empreiteiras, colocou suas máquinas para construir em lugar das empreiteiras. Está ocorrendo isto na região de Pato Branco, quando o DER colocou as máquinas do Estado para trabalhar para a Construtora REIFER. Isto precisa ser investigado por esta Assembléia Legislativa, por iniciativa do MDB.

Mas continuemos a analisar os detalhes desta administração que recebeu como herança da anterior, o tratamento injusto, inconstitucional e desumano que se dispensa às zeladoras do Estado. O ex-Presidente Médici determinou naquela ocasião que o Serviço Nacional de Informações fizesse às vezes do Ministério do Trabalho já que este não fiscaliza e não tinha fiscais. Que o



SNI fiscalizasse as empresas que não estavam pagando o salário mínimo para seus empregados. Porque grande percentagem dos trabalhadores do Brasil não percebe nem o salário mínimo e naquela ocasião achávamos que deveriam começar pelo administrador do Paraná que não pagava o salário mínimo para as zeladoras de escolas públicas.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Solicitei aparte para fazer duas retificações de ordem enfática, não querendo envolver no mérito o discurso de V. Exa. A primeira com referência ao aparte do ilustre líder de seu Partido, Deputado Muggiati Filho, quando atribuiu a indicação do Reitor de Londrina ao Ministro da Educação, quando na realidade o Reitor foi indicado dentro dos trâmites normais pertinentes à órbita estadual, pois fazia parte de uma lista sêxtupla e posteriormente foi escolhido o que não transfigura qualquer possível influência de parente seu que eventualmente ocupa o Ministério da Educação.

A outra, se o nobre Deputado permite, é com relação à acusação que V. Exa. faz de que o DER estaria usando de equipamentos seus na construção de seguimento rodoviário entre Francisco Beltrão e Pato Branco.

O SR. OSVALDO MACEDO – Eu não precisei o local.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES – Exatamente porque tenho informações sobre o assunto, é que preciso geograficamente a região. É porisso que, data vênica, sei que não foi por maldade, mas não é verdade. Apenas, se isto eventualmente tiver ocorrido, evidentemente as horas trabalhadas pela equipe do DER não serão faturadas pela empreiteira. Acho que a prática da administração direta venha a auxiliar a rapidez no desenvolvimento do trabalho.

O meu objetivo é apenas pedir a V. Exa. no que diz respeito às técnicas institucionais que V. Exa. tão brilhantemente levanta, tem o meu assentimento, e eu até estranho o famigerado Regimento que a Reitoria da Universidade de Londrina está impondo a seus alunos, até porque sabe S. Exa. que sou frontalmente contrário ao famoso Decreto-Lei 477. E a Universidade é uma instituição que visa dar condições a todos os temas nacionais. Então, quando se pretende que as universidades não são locais adequados para discussão de temas políticos, me parece que é uma profunda ingenuidade. Porque, é evidente que não há tema que não seja político. Todo e qualquer tema levantado é tema político.

Era apenas este o aparte que queria dar a V. Exa.

O SR. OSVALDO MACEDO – Agradeço o aparte de V. Exa.

Mas, concluindo e continuando, dizíamos que o Serviço Nacional de Informações, a mando ou a pedido do então Presidente da República, deveria fazer uma investigação sobre as empresas que não estavam pagando salário-mínimo a seus empregados.

E nós lembramos, naquela ocasião, que essa investigação deveria começar pelo Governo que não paga o salário-mínimo às zeladoras. Muitas zeladoras, em cidades maiores, encorajada, ou possuídas de coragem necessária, entraram com ação na Justiça, e todas tiveram ganho de causa.

O Estado perdeu todas as ações, todas as reclamações trabalhistas, propostas pelas zeladoras que não ganhando o salário mínimo, foram bater às portas da Justiça. E o Estado perdendo, foi obrigado não só a pagar o salário mínimo; não só pagar diferença dos atrasados, mas também recolher a sua contribuição para o INPS; pagar 13º salário; férias e todos os direitos que a legislação trabalhista confere ao trabalhador.

O Estado perdeu todas as ações, e já deveria, depois de ter perdido, saber que deveria pagar o salário-mínimo às zeladoras. Mas, não paga para as que, morando nas pequenas cidades, não têm coragem, não têm condições de reclamar perante a Justiça

contra a injustiça que elas sofrem por parte do Poder Público.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Osvaldo Macedo, com prazer e bastante atenção que estamos assistindo o brilhante pronunciamento, de V. Exa.

Quero trazer ao conhecimento de V. Exa. que, na legislatura passada, o MDB tinha apenas 9 ilustres Deputados, nesta Casa, e esse assunto que V. Exa. está abordando com tanto brilhantismo, com referência às senhoras zeladoras do Estado, nós lutamos desde o início de nosso mandato que se cumprisse as leis trabalhistas deste País.

Então, estou aqui para congratular-me com V. Exa. e com esse brilhante pronunciamento e dizer que deveremos lutar, pois com a bancada numerosa do MDB, devemos lutar para que o Sr. Governador observe as leis trabalhistas, e se for preciso, devemos até entrar com "impeachment", que é o que S. Exa. merece se não tiver condições, se não quiser cumprir as leis trabalhistas.

E ainda mais, Sr. Deputado, com referência às escolas, principalmente na nossa região, na região de União da Vitória, os próprios moradores residentes nas regiões das escolas, estão reformando aquelas escolas construídas no governo do saudoso Manoel Ribas, prédios que não oferecem segurança e que os moradores, estão fazendo festas, inclusive agora, na semana passada, houve festas para que fosse angariado dinheiro para reforma de um grande estabelecimento de ensino de União da Vitória. No interior, em Bituruna, é a mesma coisa.

Tenho a impressão que V. Exa., nesta feliz oportunidade, está lembrando bem, e mais ainda, talvez não posso aqui afirmar com certeza, porém tenho impressão de que todas as prefeituras administradas por prefeitos eleitos pelo MDB, posso garantir a V. Exa., e a esta Casa, que o prefeito de União da Vitória paga as serventes contratadas e as professoras – porque há 4 anos que o Estado não contrata nenhuma professora ou servente – paga o salário mínimo, as férias e faz o recolhimento da parte ao INPS, funcionárias que são contratadas pelo regime CLT.

Este meu modesto aparte foi para dizer que a pequenina bancada do MDB, na Legislatura passada, não esqueceu sequer um momento desse problema.

O SR. OSVALDO MACEDO – Agradeço o seu aparte e sei que outra não poderia ser sua posição, homem que prima por seus ideais trabalhistas.

O SR. DENI SCHWARTZ – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Houve uma referência de V. Exa. e do Deputado Luiz Roberto Soares sobre a estrada da minha região que liga Pato Branco e Francisco Beltrão. Entendi que suas palavras até foram de elogio ao DER, por ter tomado a iniciativa, por ser uma tramitação no Judiciário, morosa, demorada e procurou resolver de uma vez por todas o problema que apareceu, com a insolvência da firma Raimundo Ferriera, RAIFER. Mas não podemos deixar de acrescentar mais alguma coisa. Realmente, atrás disso tudo, deve estar existindo coisa mais grave. Todos nós lembramos do antigo engenheiro Angelo Mota, homem que fundou a RAIFER, em solvência. No trecho Cascavel – Campo Mourão, 3 firmas estariam falidas. Atrás de uma possível compra da Cavalcanti Junqueira por parte de outra empreiteira, estaria em solvência a dívida dessa Cavalcanti Junqueira, com vinculações de parentesco, com o atual Ministro da Educação. Existiria alguma dívida muito grande com o Banco do Estado do Paraná. A RAIFER está devendo ao Banco do Estado do Paraná e é impressionante que isso venha a ocorrer.

Não podemos, obviamente, acusar o atual Governo. Esses contratos, não são do atual Governo, mas também estamos nesta Casa a assistir um desfile de Secretários e Diretores, a nos dizerem que estão arrumando a Casa, mas quem a desarrumou? Não são os mesmos governos que estão se sucedendo?

Se alguém desarrumou a Educação, quem paga por isso? Se alguém desarrumou a Segurança, quem paga por isso, independente do Partido a que pertence?

Não podemos calar e esquecer o passado, porque na minha terra, quando se rouba uma galinha, se procura um ladrão. Mas neste Estado quando se diz que no passado se fez coisas erradas, não se procura seus autores. Até pelo contrário, se o elogio e se o enobrece, dando-lhe um cargo. Por isto, parece que é chegado o momento de que nós Deputados, tanto de um como de outro Partido, tenhamos a coragem cívica de procurarmos saber qual a razão do quebra-quebra. Terão ficado os diretores mais ricos e os operários sem receber seu pagamento? Quais as razões que entradas já pagas não foram executadas?

Alguns culpados devem haver nisto tudo. Mesmo que não seja o atual Governo, os elementos do atual Governo. Mas, atrás disso poderá estar a gang, poderá ter havido uma grande corrupção.

Desculpe-me ter interferido assim em seu brilhante discurso. Mas, pela sua maneira de ser e de proceder não poderia, neste momento, deixar de dar o meu ponto de vista.

O SR. OSVALDO MACEDO – V. Exa., Deputado Deni Schwartz, é sempre oportuno e com o aparte com que V. Exa. me honrou, mais uma vez, se comprova como são tantos e tamanhos os problemas paranaenses. Basta que ponha o dedo em qualquer lugar, já se ouve um grito, porque todo lugar dói. É um corpo que precisa de muito tratamento esta administração pública paranaense.

O SR. LÚCIO MACHADO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O discurso de V. Exa. a melhor coisa que se poderia ouvir na tarde de hoje nesta sessão plenária.

O nobre Deputado, com a sua inteligência, com a sua capacidade e com a sua coragem, analisa friamente os fatos que corromperam a estrutura de qualquer tipo de governo.

Quando V. Exa. denuncia e determina que o Governo deve pagar...

O SR. OSVALDO MACEDO – Daremos, ao final, como conclusão deste pronunciamento, um ultimato ao Governo para cumprir as obrigações. Acredito que é um instrumento legal, que está à disposição do MDB ou de qualquer um do povo.

O SR. LÚCIO MACHADO – V. Exa. quando dá este ultimato fala em nome de uma classe que há mais de dez anos está escravizada pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura.

Sabemos e sabe V. Exa. que ainda existem zeladoras de grupos escolares neste Estado que recebem 80 cruzeiros por mês.

O que é contra a lei, é fora da lei, é ilegal. Presume-se que quando a ilegalidade é praticada pelo Governo, por aqueles que estão no poder dois crimes se comete. Um por ter agido contra a lei e outro por ter abusado do poder.

Há poucos dias levantamos desta tribuna uma denúncia sobre os fatos chamados PS, contratados pelo Estado e que prestam serviços nas divisas estaduais, nas chamadas barreiras, PS que vão numa codificação de PS1, PS2, PS3, às vezes cidadãos com nível universitário, chefes de família, com responsabilidade de família, com esposa, 3, 4 filhos, chegam a receber de 200 a 314 cruzeiros por mês dentro da escala de codificação.

O SR. OSVALDO MACEDO – V. Exa. tem razão, na oportunidade que afirma com autoridade de representante de povo, de que alguém tem que ter respeito com esta faina de corrupção que tem ocorrido no Estado do Paraná e que têm sido prejudicados principalmente aqueles que têm trabalhado diuturnamente para sustentar a si e à sua família, com honra e com dignidade.

Aceite portanto os parabéns deste vosso companheiro de pensamento, de sentimento, de luta e de vontade de justiça, principalmente do Estado que representamos.

O SR. PRESIDENTE – Esta Presidência comunica o nobre ora-

dor que o seu tempo está esgotado, faltam apenas 2 minutos para concluir.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Prezado Deputado Osvaldo Macedo, o discurso de V. Exa. é brilhante como não poderia ser de outra forma. Esta Casa conhece a eloquência de V. Exa., a inteligência que tem e discorre, agora eu estou entendendo, em chegando depois do início da sua palavra, sobre um levantamento, quer me parecer, da administração pública do Estado, e no seu desfecho V. Exa. critica de maneira, no meu entendimento, que não se fundamenta bem na verdade. V. Exa. deu vários exemplos, e a crítica é fácil e eu até aceito de V. Exa. e não poderia ser de outra forma, que, as falhas existem, e muitas.

Mas como tem V. Exa. apenas 2 minutos para encerrar o seu discurso e me ofereceu gentilmente este aparte, que o faço prazerosamente, queria dizer que ninguém no Paraná está com a melhor disposição de trabalhar incansavelmente e está fazendo em favor do Estado, do que o Governador Jayme Canet Junior, da mesma forma que estão todos os seus Secretários e os homens mais ligados à sua administração. As falhas existem, Sr. Deputado, mas veja de outro lado e nós haveremos de analisar o que de importante se fez e está fazendo no Estado do Paraná nos municípios principalmente.

Há pouco, V. Exa., em um aparte concedido ao nobre colega de sua bancada, fazia até referências às administrações municipais dirigidas por prefeitos de seu Partido. Não seriam elas, sem dúvida alguma, dinâmicas e até elogiáveis, não fossem as condições que lhes são dadas pelo Governo do Estado do Paraná e Governo Federal. Assim sendo, Sr. Deputado, apenas para encerrar o aparte que agradeço a V. Exa. nesta oportunidade, principalmente porque o tempo não nos permite diálogo maior mas V. Exa. discorre com brilhantismo um discurso elogiável, já falei, mas que, em resumo, nós da nossa bancada, e eu muito particularmente sou contrário ao ponto de vista de V. Exa., em que, tudo no Paraná esteja errado.

O SR. OSVALDO MACEDO – Gostaria de responder-lhe lembrando-lhe uma passagem bíblica, que diz:

“Nós somos o sal da terra, e se o sal perder o seu efeito com que outro há de salgar?”

Que V. Exa. elogie o que acha que deve ser elogiado, eu, mostrarei o que deve ser mostrado, o que deve ser criticado, o que me parece muito mais do que deve ser elogiado.

Mas, para concluir, gostaria ainda nesta conclusão, ainda no ultimato que pretendo lançar, lembrar que se o Governo do Estado recebeu isto como herança, não pode tirar da sua preocupação, esse homem religioso que é, deve conhecer também aquela outra passagem da bíblia, que diz:

“Digno é um operário, do seu salário”.

Dignas também são as zeladoras do seu salário, mas do salário mínimo, porque a lei federal, a Constituição é que diz que ninguém que trabalha pode perceber menos que o salário mínimo, e é a mesma Constituição que diz no seu Artigo 10, se não me engano, parágrafo 4º, que diz que haverá intervenção federal nos Estados para prover a lei federal e é a lei federal que diz, que manda e não está sendo cumprida e nem é respeitada no Estado e é necessário que ela seja cumprida. Daremos ao Governo o prazo até 30 de outubro para pagar a todas as zeladoras do Estado, porque se não o fizer até esta data, nós vamos requerer, com base no Artigo 10, da Constituição, a intervenção federal no Estado, para prover a lei federal que diz, que manda que se pague o salário mínimo no Estado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da tribuna. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. JAYME RODRIGUES DE CARVALHO — Sr. Presidente, solicito seja procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

— (É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada 29 Srs. Deputados, há quorum para prosseguimento da sessão, e conseqüente votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 204/69, de autoria do Deputado Roberto Wypych, que autoriza o Poder Executivo adquirir por intermédio da Secretaria da Agricultura 300 (trezentas) unidades de trator para operar em áreas agrícolas e com as características que especifica. Pareceres favoráveis da (C.C.J., C.F. e C.A.I.C. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 41/74, de autoria do Deputado Aryzone Mendes de Araujo, que autoriza o Poder Executivo construir prédio destinado ao funcionamento do Centro de Saúde da cidade de Francisco Beltrão. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 550/66, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede pensão mensal de Cr\$ ... 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) a Madalena Carneiro. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **COM EMENDA.** — Em discussão.

Projeto de Lei nº 550/66

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) à Dna. MADALENA CARNEIRO.

Art. 2º — As despesas com a execução desta lei correrão à conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1966

a) ANIBAL KHURY

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 550/66**

O projeto visa conceder a pensão mensal de Cr\$ 20,00 à MADALENA CARNEIRO.

Com a correção que se fará por intermédio da emenda anexa, no sentido de converter a importância à expressão monetária vigente, em face também dos aspectos sociais e humanos, nosso parecer é favorável ao projeto.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1972.

aa) ARMANDO QUEIROZ — Presidente

ERONDY SILVÉRIO — Relator

**E M E N D A**

Onde se lê, no art. 1º Cr\$ 20,000 (vinte mil cruzeiros), leia-se:

"Cr\$ 50,00".

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1972.

aa) ARMANDO QUEIROZ — Presidente

ERONDY SILVÉRIO — Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 550/66**

1 — Tratam os Autos de Projeto de Lei nº 550/66, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede pensão mensal de Cr\$ 20.000 (vinte mil cruzeiros), à dona MADALENA CARNEIRO, com emenda da Comissão de Constituição e Justiça, que converte a importância à expressão monetária vigente, para Cr\$ 50,00 (Cinquenta cruzeiros).

2 — Havendo já a douta Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer se pronunciado pela constitucionalidade e legalidade da proposição, oferecendo, outrossim, EMENDA de conversão da importância original à expressão monetária vigente, e em que pese o tempo decorrido entre a data da apresentação do Projeto de Lei referido e seu trâmite parlamentar, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de dar sua aprovação, com a emenda, ao Projeto de Lei testilhado.

Pela aprovação, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1973.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

aa) JOÃO FADEL — Relator

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Sr. Presidente só uma indagação. O projeto que a Mesa coloca em votação é o de número 550/66?

O SR. PRESIDENTE — Sim Senhor.

Esta importância de 20 mil cruzeiros, era vinte mil cruzeiros na época de 66, existe uma emenda que revoga 50 mil cruzeiros que também está desatualizado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — A minha indagação, Sr. Presidente, se refere ao parecer favorável da CCJ, e eu queria saber quando foi dado este parecer, só para esclarecimento, porque logo adiante, tem um outro que está na Ordem do Dia, em primeira discussão, com parecer contrário e tem a mesma natureza.

O SR. PRESIDENTE — O parecer da CCJ é de 22 de novembro de 1972. Está publicado no avulso.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigada.

Eu indagava só da questão de constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

Tem a palavra, o Sr. Deputado Enéas Faria, pela ordem.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, a par do novo entendimento que esta Casa vem tendo quanto a questão desta natureza, gostaria de levantar uma outra questão.

Parece-me altamente desagradável para esta Casa, que se dê curso ao projeto nos termos em que está posto. Apesar do mérito, da boa vontade do autor manifestada em 1966, apesar da reificação ou reavaliação ocorrida em 1972/3, a quantia indicada não recomenda que seja aprovado um projeto nestes termos. E, aprovado, também não recomendaria esta Casa. Indago então à Mesa, que providências se poderia adotar para que o processo merecesse reformulação.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. se está interessado realmente em emendar a importância, poderia fazê-lo em segunda discussão. Se não estiver interessado na aprovação do projeto, ele poderá, evidentemente, ser rejeitado. Não vejo outra forma, porque o autor, o ex-Deputado Anibal Khury, só ele poderia ter retirado, na época, o projeto, já com parecer das Comissões, não pode mais ser retirado.

Seria uma emenda substitutiva geral ou a rejeição do Projeto.

Em votação. — **Aprovado.**

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Sr. Presidente, para verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE – Os que aprovam o projeto queiram se levantar. – REJEITADO.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 55/73, de autoria do Deputado Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo denominar Grupo Escolar Hiro Vieira, Brandão, o atual Grupo Escolar Alto da Glória, na cidade de Mandaguauçu. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P.

# PROJETO DE LEI Nº 55/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a denominar GRUPO ESCOLAR HIRO VIEIRA, o estabelecimento de ensino de Mandaguauçu, que possui a denominação de Grupo Escolar Alto da Glória.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1973.

a) WILSON BRANDÃO.

## JUSTIFICATIVA:

HIRO VIEIRA, natural de Palmas, onde nasceu em 9 de outubro de 1917, dedicou longos anos de sua vida à política municipal.

Residiu em Mandaguauçu desde 1952 até 1973, quando faleceu. Foi prefeito desta cidade nos períodos de 60 a 64, e de 68 a 72. Também por duas vezes foi vereador, nas legislaturas de 56 a 60, e de 64 a 68. Quando residiu em Ibiporã, foi nesta cidade vereador e presidente da Câmara Municipal, chegando a ser prefeito naquela cidade, nos anos de 1949 a 1950.

A cidade de Mandaguauçu deve seu progresso graças à iniciativa positiva deste grande político que, ali falecendo, deixou seu corpo no próprio cemitério que construiu com grande carinho e

Nada mais justo é conferir ao aludido estabelecimento de ensino, em memória deste grande cidadão, como exemplo dignificante à geração de sua terra.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 55/73

O desiderato do Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Wilson Brandão, é autorizar o Poder Executivo a denominar GRUPO ESCOLAR HIRO VIEIRA, o estabelecimento de ensino de Mandaguauçu, que possui a denominação de Grupo Escolar Alto da Glória.

Conforme salienta a justificativa do autor, a cidade de Mandaguauçu deve, em parte, seu progresso à iniciativa e ao tino administrativo e político de HIRO VIEIRA, quando ocupou a Prefeitura Municipal do referido município, nos períodos de 60, a 1964 e de 68 a 1972.

Quando à sua oportunidade, nada há a contestar.

Quanto ao aspecto consitucional jurídico e legal, que esta Comissão cabe examinar, nenhum obstáculo que se lhe anteponha, mesmo porque trata-se de mera autorização ao Poder Executivo.

Destarte, opino pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) ANTONIO COSTA – Presidente

SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR – Relator

## COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 55/73

O presente Projeto de Lei visa autorizar o Poder Executivo

a denominar GRUPO ESCOLAR HIRO VIEIRA, o estabelecimento de ensino de Mandaguauçu, que possui atualmente a denominação de Grupo Escolar Alto da Glória.

A iniciativa de seu ilustre autor se nos afigura das mais justas, pois objetiva homenagear uma figura eminente de político e administrador que foi Hiro Vieira, a quem a cidade de Mandaguauçu muito deve, segundo se verifica, pela justificativa do presente plano de lei.

A comissão de Instrução Pública compete opinar sobre todos os assuntos concernentes à instrução pública e particular, à educação e à cultura, e não vemos razão alguma que se oponha à aprovação deste plano de lei.

Nestas condições, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de junho de 1975.

aa) ROSÁRIO PITELLI – Presidente

EDILSON ALENCAR – Relator

Ao referido Projeto, foi apresentado requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, no seguinte teor. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 55/73, visto que o grupo Escolar passou a denominar-se “PARIGOT DE SOUZA”, pela Lei nº 6561, de 14 de junho de 1974, e o projeto perdeu sua oportunidade.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1975.

a) JORGE SATO

Em votação o requerimento. – APROVADO. Será arquivado o projeto de lei.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 140/74, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal correspondente a um salário mínimo da Capital, a JÚLIA MARIA DE FREITAS ROCHA, viúva de ex-Servidor Estadual. Pareceres CONTRÁRIO DA CCJ. e FAVORÁVEL DA C.F. – REJEITADO.

## PROJETO DE LEI Nº 140/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a conceder pensão mensal no valor correspondente a um salário mínimo da Capital, à JÚLIA MARIA DE FREITAS ROCHA, viúva de ex-Servidor Público Estadual, Joaquim Nicomedes, da Rocha, falecido em 1946.

Art. 2º – As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta da Verba Orçamentária do Estado.

Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1974.

a) IVO THOMAZONI

## JUSTIFICATIVA:

Ao Estado compete amparar as viúvas daqueles que dedicaram suas vidas à administração pública, constituindo-se nos heróis anônimos de um trabalho permanente em favor do engrandecimento do Paraná. Nos dias atuais, com o aprimoramento da legislação, a sobrevivência dos familiares do funcionário falecido, está se não de todo assegurada, bastante amparada.

Há, no entanto, que se olhar e atender os casos, já raros, mas ainda existentes, dos falecimentos antes do advento da legislação previdenciária, cujas viúvas, se encontram em completo estado de abandono.

É o caso que se pretende beneficiar, pois a viúva do ex-servidor, contando já com 82 (oitenta e dois) anos, enfrenta sérias dificuldades financeiras, sem receber qualquer pensão do Estado.

O plano de lei é justo, oportuno e sua aprovação, um testemunho de solidariedade humana.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 140/74

Autor: Deputado IVO THOMAZONI

O projeto de lei em exame vem articulado e justificado de acordo com o que determina o Regimento Interno.

Por outro lado, a iniciativa é oportuna, humana e de grande alcance social, não conflitando com quaisquer dispositivos de ordem legal ou constitucional, tendo em vista que a mesma tem caráter autorizatório, ficando portanto na dependência do Sr. Governador de conceder ou não.

Assim sendo, nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em

aa) ACCIOLY NETTO – Presidente

IVAN RUPPEL – Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 140/74

Objetiva o presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, autorizar o Poder Executivo a conceder pensão mensal no valor correspondente a um salário mínimo da Capital, a Julia Maria de Freitas Rocha, viúva do ex-Servidor Público Estadual, Joaquim Nicomedes da Rocha.

Não obstante a douta Comissão de Constituição e Justiça ter emitido parecer contrário, entendemos que a medida é justa e oportuna, ficando na dependência do Sr. Governador conceder ou não, de vez que trata-se de uma medida meramente autorizatória.

Sendo assim, nosso parecer é favorável pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 1975.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – Presidente

GABRIEL MANOEL – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 146/74, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga Ramilândia à BR-277, no município de Matelândia, Via Diamante do Oeste. Pareceres CONTRÁRIOS da CCJ, C.F. e C.O.P.T.C. – REJEITADO.

#### PROJETO DE LEI Nº 146/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao DER, para fins de conservação, e melhoria a rodovia que liga Ramilândia à BR-277, no município de Matelândia, via Diamante do Oeste.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1974.

a) MAURICIO FRUET.

#### JUSTIFICATIVA:

O volume da riqueza agro-pecuária, que se escoia por esse trecho de estrada, é muito significativo, em termos econômicos,

para se deixar no estado precário em que se encontra aquela rodovia.

Tem sido este problema um dos pontos de estrangulamento da economia da região, pois toda vez que chove a referida via se torna intransitável, e, com isso, parte da produção é perdida.

Ao Estado interessa particularmente garantir o fluxo contínuo dessa riqueza, em direção aos centros de comercialização, não apenas pelas resultantes tributárias, como pelas implicações sócio-econômicas que o êxito das safras representa para a comunidade.

Dessa forma, a transferência do trecho de estrada para o DER é medida de racionalidade administrativa, em favor da qual certamente a totalidade da Casa se colocará.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146/74

Autor: Deputado MAURÍCIO FRUET

O projeto de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, objetiva autorizar o Poder Executivo a transferir à responsabilidade do DER, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga Ramilândia à BR-277, no município de Matelândia, via Diamante do Oeste.

A justificativa que acompanha o plano de lei, nos convenceu da justeza e oportunidade da matéria, mas por outro lado a mesma vem ferir dispositivos constitucionais, porquanto a iniciativa das leis que aumentem a despesa pública é de competência exclusiva do Poder Executivo.

Assim sendo, somos pela REJEIÇÃO do Projeto em exame.

Parecer CONTRÁRIO, portanto.

Sala das Comissões, em 9 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO – Presidente

IVAN RUPPEL – Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146/74

O projeto supra constante, encaminhado a esta Comissão para o devido parecer, objetivou o Legislador autorizar o Poder Executivo transferir à responsabilidade do DER, para fins de conservação e melhoria a estrada que liga Ramilândia à BR-277, do município de Matelândia deste Estado.

É louvável o pensamento do Legislador, entretanto, por ser o Projeto inconstitucional, esta Comissão é pela REJEIÇÃO do mesmo.

Sala das Comissões, em 22 de abril de 1975.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

LÚCIO MACHADO – Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

#### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146/74

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, visa autorizar o Poder Executivo a transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, a rodovia que liga Ramilândia à BR-277, no Município de Matelândia, via Diamante do Oeste.

Já opinaram pela sua rejeição as duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Em que pese a louvável e oportuna iniciativa, nosso parecer é contrário, pois trata-se de matéria que fere dispositivos da Constituição Estadual.

Portanto, pela rejeição é o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

aa) ALFREDO GULIN – Presidente

DAVID FEDERMANN – Relator



O SR. FIDELCINO TOLENTINO – (Pela ordem) Sr. Presidente, quero requerer que fique consignado meu voto, minha declaração de voto a favor da aprovação deste projeto, principalmente tendo em vista que conheço muito bem esta estrada e há necessidade...

O SR. PRESIDENTE – Devo comunicar ao nobre Deputado que depois do projeto rejeitado pela Casa, a declaração de voto deve ser encaminhada por escrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Laborei num equívoco. Gostaria de pedir a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE – Os que rejeitam o projeto, queiram se levantar. – Aprovado o projeto.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 07/75, de autoria do Deputado Lineu Turra, que integra em caráter prioritário no Plano Rodoviário Estadual os serviços de retificação e pavimentação da estrada que liga as cidades de Palmeira e Ponta Grossa. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. – Aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 07/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º – Fica incluído no Plano Rodoviário Estadual, para execução em caráter prioritário, a retificação e pavimentação da estrada que liga a cidade de Palmeira a Ponta Grossa.

Art. 2º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1975.

a) LINEU TURRA

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 07/75

Autor: Deputado LINEU TURRA

1 – Pretende o autor do presente Plano de Lei, que seja integrada em caráter prioritário no Plano Rodoviário Estadual, a estrada que liga as cidades de Palmeira e Ponta Grossa.

2 – Em que pese tão somente que seja integrada em caráter prioritário no Plano Rodoviário Estadual, uma estrada, não vemos qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional, razão pela qual opinamos pela aprovação do projeto em exame.

Parecer favorável, portanto.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975

aa) ACCIOLY NETTO – Presidente

IVAN RÜPPEL – Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 07/75

Iniciativa do ilustre Deputado Lineu Turra, é digno de elogios, e visa dotar esse quadrante do Paraná, de um benefício amplamente solicitado.

Somos pela APROVAÇÃO do presente Projeto.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

LUIZ CARLOS ZUK – Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS ESPECIAIS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

#### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 07/75

As Comissões de Constituição e Justiça e a de Finanças, aprovaram a matéria.

O assunto é por demais importante para a economia estadual, pois virá proporcionar condições ideais de escoamento das safras de uma rica região do Estado.

Assim, opinamos no sentido de que seja APROVADO o

projeto, objeto deste processo, de interesse para o nosso Estado. É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1975.

aa) ALFREDO GULIN – Presidente

LINEU TURRA – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei N. 09/75, de autoria do Dep. Edilson Alencar, que autoriza o Poder Executivo construir uma estrada com pavimentação asfáltica, ligando a BR-369 a Guaira, passando por Assis Chateaubriand.

Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.F. e favorável da C.O.P.T.C. – Rejeitado.

#### PROJETO DE LEI Nº 9/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma estrada com pavimentação asfáltica, ligando a BR-369 a GUAIRA, passando por ASSIS CHATEAUBRIAND.

Art. 2º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1975

a) EDILSON ALENCAR.

#### JUSRIFICATIVA:

A construção da pretendida estrada apresenta, sem dúvida, inegáveis benefícios para o nosso Estado, oferecendo uma opção de trânsito ao vertiginoso progresso da região, trazendo inubitáveis vantagens para a economia do Paraná.

Assim sendo esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 09/75

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Edilson Alencar, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a construir uma estrada com pavimentação asfáltica, ligando a BR-369 a Guaira, passando por Assis Chateaubriand.

Ao que pese a justificativa que acompanha o processo e as intenções do seu autor, no nosso entender o Projeto contraria frontalmente a Constituição Estadual, que, no seu Artigo 35, dispõe:

Art. 35 – É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção, auxílio, ou, de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública."

Isto exposto, o nosso parecer é CONTRÁRIO ao Projeto de Lei N. 09/75, e, consequentemente, opinamos pela sua REJEIÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO – Presidente

DENI SCHWARTZ – Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N. 09/75

O projeto em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado EDILSON ALENCAR BARBOSA, manifesta sem dúvida alguma, a preocupação do parlamentar em buscar Resoluções para os problemas da região que representa, inclusive se tratando de um dos setores mais importantes que é a Estrada com pavimentação asfáltica; entretanto como se trata de matéria que por si é inconstitucional visto ser da alçada exclusiva do Executivo; esta Comissão opina pela REJEIÇÃO do Projeto supra.

Este é o nosso Parecer, salvo melhor Juízo.

Sala das Comissões, em 22 de abril de 1975.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente  
LÚCIO MACHADO - Relator.

COMISSÃO DE OBRAS ESPECIAIS.  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Autor EDILSON ALENCAR

PROJETO DE LEI Nº 09/75

PARECER

O ante-projeto ora em exame, envolve autorização ao Poder Executivo visando a construção de uma estrada, com pavimentação asfáltica, ligando a BR-369 a Guaira.

A justificativa apresentada pelo ilustre proponente, tem relação direta com grande progresso porque atravessa e continuará acontecendo na região, em ascensão nunca prevista, agora com mais razão pela implantação da já consagrada construção de Itaipu.

As dignas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, com fundamento em preceito constitucional, que prevê a competência exclusiva do Poder Executivo na iniciativa de leis que autorizem, criem ou aumentem a despesa pública, opinaram pela rejeição do ante-projeto.

Inegavelmente, temos consciência dessa disposição constitucional, como, também, entendemos que, uma vez aprovado o ante-projeto por esta Casa, a sanção governamental formaliza-o.

Assim tendo em vista a importância vital para a região, tão sacrificada e esquecida por muitos anos pelo Poder Público, com prejuízos a Economia do Estado, opinamos no sentido de que se APROVE o presente ante-projeto, já que a construção da estrada em referência trará, temos certeza, grandes vantagens para a economia estadual, proporcionando, ainda, meios eficazes para um melhor desenvolvimento de todos os setores daquela região.

E o parecer.

Sala das Comissões em 13 de maio de 1975.

aa) ALFREDO GULIN - Presidente  
LINEU TURRA - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Nº 39/75, de autoria do Dep. Egon Pudell, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância, da cidade de Medianeira. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. - Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 39/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A.

A Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância com sede em Medianeira;

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1975.

a) EGON PUDELL.

JUSTIFICATIVA:-

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, tem finalidades culturais, filantrópicas e assistenciais, presta relevantes serviços à comunidade de Medianeira e preenche os requisitos exigidos em Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 39/75

Objetiva o presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Egon Pudell, declarar de utilidade pública a Associação

de Proteção à Maternidade e Infância, da cidade de Medianeira

Analisando o plano de lei em tela, bem como a documentação que o acompanha, verificamos que os requisitos exigidos pelas legislações federal e estadual, reguladores da matéria, estão plenamente satisfeitos.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, pela aprovação deste Projeto de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO - Presidente  
DENI SCHWARTZ - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 39/75

1. O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Egon Pudell, objetiva a declaração de utilidade pública da Associação de Proteção à Maternidade e Infância, da cidade de Medianeira.

2. A Douta Comissão de Constituição e Justiça, analisando a documentação que acompanha do projeto, conclui pela sua aprovação por considerá-lo constitucional.

3. Quando ao aspecto financeiro, competência desta Comissão para se pronunciar, nada vemos que impeça a sua aprovação, pelo que opinamos favoravelmente à medida.

E o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 1975.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente  
GILBERTO CARVALHO - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Nº 42/75, de autoria do Dep. Egon Pudell, que cria o Distrito Judiciário de "São Pedro" no município de Toledo e dá outras providências. Parecer CPNTRÁRIO da C.C.J. - REJEITADO.

PROJETO DE LEI Nº 42/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A.

Art. 1º - Fica criado o Distrito Judiciário de "São Pedro".

Art. 2º - O Distrito Judiciário de "SÃO PEDRO" tem as seguintes divisas e confrontações:

a) AO NORTE: com os distritos de Ouru Verde e Sede, pelo Rio Santa Quitéria, a partir da divisa entre as fazendas "Aparadão" e "Santa Izabel", rio acima, até encontrar a divisa entre a Colonia Rio Quarto e a Colonia São Francisco.

b) AO LESTE: com o distrito de São Francisco, por uma linha seca reta, divisa entre a Colonia Rio Quarto e Colonia São Francisco, partindo do Rio Santa Quitéria em direção Sul até encontrar o Rio São Francisco-Falso Braço Norte.

c) AO SUL: com o município de Ceu Azul, pelo Rio São Francisco - Falso Braço Norte, desde a divisa entre a Colonia Rio Quarto e a Colonia São Francisco até encontrar a divisa entre as Fazendas "APARADÃO E SANTA IZABEL".

d) AO OESTE: com o distrito de Luz Marina, pela Divisa entre as Fazendas "APARADÃO E SANTA IZABEL" partindo do Rio São Francisco-Braço Norte, até encontrar o Rio Santa Quitéria, ponto de partida;

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) EGON PUDELL.

# JUSTIFICATIVA:-

O alto índice de crescimento demográfico de nosso Estado aliado ao desenvolvimento agrícola e em decorrência o aumento do desenvolvimento econômico geraram as condições necessárias para a criação do Distrito Judiciário de São Pedro.

O Distrito de São Pedro com seu grande desenvolvimento populacional, econômico e financeiro demonstram claramente estar em condições e preencher as condições para a criação de distrito Judiciário.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 42/75

O plano de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Egon Pudell, tem por escopo criar o Distrito Judiciário de "São Pedro" e dá outras providências.

Embora a oportunidade da medida proposta, como se vê na respectiva justificativa, verificamos que à Luz do Art. 91 da Constituição Estadual e Ato Complementar nº 46/69, que a mesma não apresenta condições de prosperar, pois o procedimento é de atribuição exclusiva do Poder Judiciário.

Diante do exposto, somos pela Rejeição do Projeto, lembrando a possibilidade de ser encaminhado sujestão ao Tribunal de Justiça.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO - Presidente  
EZEQUIAS LOSSO - Relator.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa comunica à Casa que marcou o dia 30 do corrente, às 15,00 horas, para o comparecimento do Sr. Secretário de Educação e Cultura, convocado por esta-Casa.

Nestas condições, dá o prazo até amanhã, às 12,00 horas, para que os Srs. Deputados se inscrevam para arguir o Sr. Secretário, durante a sua estada nesta Casa.

O SR. FUAD NACLÍ - (Pela Ordem)

Sr. Presidente, não temos o encerramento no dia 30, segunda-feira?

O SR. PRESIDENTE' - Exatamente.

Além da sessão normal, teremos a leitura da sinópse, depois o Sr. Secretário estará a disposição dos Srs. Deputados inscritos.

O SR. FUAD NACLÍ - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Finanças, convidando-o para efetuar uma esplanção da situação financeira, que se encontra o Estado, bem como o sistema de arrecadação de seus tributos, baseados no ICM. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente, ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, no sentido de que na próxima reforma da organização judiciária, seja criada a Comarca de Rondon, abrangendo os municípios de Cidade Gaúcha, Guaporema, Nova Olímpia e Indianópolis. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Presidente do Banco Central, bem como ao Sr. Presidente do Banco do Brasil no sentido de que seja instalada uma agência do referido estabelecimento de crédito, na sede do município, de Formosa D'Oeste. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, visando incluir a Rodovia

Paranavaí-Cruzeiro do Oeste, no Programa de Obras do Estado. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, encarecendo seu empenho no sentido de que sejam editados livros técnicos de Medicina, Odontologia e demais ciências biológicas, sugerindo-lhe seja designada uma Comissão para encarregar-se dos trabalhos de pesquisas. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do DER, no sentido de ser estudada uma modificação no acesso da BR-277 à cidade de Medianeira. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança, no sentido de ser dado andamento ao processo de construção da Delegacia de Polícia, na cidade de Medianeira. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Delegado Regional da Sunab, no sentido de alertar aquela Delegacia sobre diversas irregularidades verificadas no comércio desta Capital e do Interior do Estado. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Ministro da Previdência Social, no sentido de que sejam apresadas as medidas para corrigir o mau atendimento do INPS.

Data vênua do nobre Deputado Valter Pietrângelo, nos termos em que foi redigido o requerimento, a Mesa não pode aceitá-lo porque o INPS é um dos órgãos mestres da nossa Previdência Social.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO - (Peça Ordem)

Sr. Presidente, obedeço a decisão suprema de V. Exa., mas o entendimento deste Deputado é este mesmo. Só queria solicitar da Presidência, se haveria possibilidade de deferimento, suprimindo o vocábulo.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa está pedindo isso mesmo ao Deputado, que suprima o vocábulo pejorativo. Assim, transfiro a discussão do requerimento para a sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que informe em que fase se encontram os estudos para início da nova via asfáltica Avenida das Torres, que ligará Curitiba a São José dos Pinhais. - Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, sexta-feira, às 10.00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

## PORTARIA Nº 311/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4967/75, de 20 de maio de 1975, deste Poder

## RESOLVE:

designar, FERNANDO PAULINO DA SILVA WOLFF, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Serviço de Assistência Social, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral em 23 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO, Diretor Geral